

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATA DA 37ª SESSÃO, EM 23 DE JUNHO DE 1983 - QUINTA-FEIRA

PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ALMIRANTE-DE-ESQUADRA OCTÁVIO JOSÉ SAMPAIO FER-
NANDES

PROCURADOR GERAL DA JUSTIÇA MILITAR: DR MILTON MENEZES DA COSTA FILHO
SECRETÁRIO DO TRIBUNAL PLENO: DR CLÁUDIO ROSIÈRE

Compareceram os Ministros Jacy Guimarães Pinheiro, Faber Cintra, Rey-
naldo Mello de Almeida, Deoclécio Lima de Siqueira, Ruy de Lima Pessoa,
Gualter Godinho, Júlio de Sá Bierrenbach, Carlos Alberto Cabral Ribe-
iro, Antonio Geraldo Peixoto, José Fragomeni, Jorge Alberto Romeiro e
Antonio Carlos de Seixas Telles.

Não compareceu o Ministro Roberto Andersen Cavalcanti.

Às 13.30 horas, havendo número legal, foi aberta a Sessão.

Foram, a seguir, relatados e julgados o seguintes processos:

APELAÇÕES

43.717-9-Brasília. DF. Relator Ministro José Fragomeni. Revisor Minis-
tro Ruy de Lima Pessoa. APELANTE: RICARDO LUIZ DE FARIAS PIN-
TO, Sd. Ex., condenado a oito meses de prisão, incurso no art.
187 c/c o art. 72, incisos I, II e III, letra "b", tudo do
CPM. APELADA: A Sentença do Conselho de Justiça do 1º Regimen-
to de Cavalaria de Guardas, de 28 de fevereiro de 1983.
Adva Drª Elizabeth Diniz Martins Souto.- POR UNANIMIDADE DE
VOTOS, o Tribunal deu provimento parcial ao apelo da defesa pa-
ra reformar a sentença recorrida, reduzindo a pena imposta à
pena definitiva de seis meses de prisão.

43.735-7-Rio de Janeiro. Relator Ministro José Fragomeni. Revisor Mi-
nistro Jacy Guimarães Pinheiro. APELANTE: MANOEL CARLOS BATIS-
TA, Sd. Ex. condenado a 06 meses e 12 dias de prisão, incurso
no art. 187, c/c os arts. 72, inciso I, e 73, do CPM.
APELADA: A Sentença do Conselho de Justiça do Batalhão de Co-
mando e Serviços da Academia Militar das Agulhas Negras, de 28
de março de 1983. Adva. Drª Ana Maria David Cortez. - POR UNA-
NIMIDADE DE VOTOS, o Tribunal negou provimento ao apelo da de-
fesa para manter a sentença recorrida.

DESAFORAMENTO

314-1-São Paulo. Relator Ministro Faber Cintra. O Ministério Públi-
co Militar junto à 3ª Auditoria da 2ª CJM solicita desafora-
mento do processo referente ao Marinheiro PAULO ROBERTO AS-
SUMPÇÃO, para uma das Auditorias de Marinha da 1ª CJM.- POR
UNANIMIDADE DE VOTOS, o Tribunal deferiu o pedido, determinan-
do o desaforamento solicitado para uma das Auditorias de Mari-
nha da 1ª CJM, a que couber por sorteio.(IMPEDIDO O MINISTRO JÚ-
LIO DE SÁ BIERRENBACH).

APELAÇÕES

43.731-4-Rio de Janeiro. Relator Ministro Antonio Geraldo Peixoto. Re-
visor Ministro Jacy Guimarães Pinheiro. APELANTE: PAULO CÉSAR
LIMA DE SOUZA, Sd. FN., condenado a quatro meses de prisão, in-
curso no art. 187, c/c o art. 189, inciso I, tudo do CPM, com
o direito de apelar em liberdade. APELADA: A Sentença do Con-
selho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª
CJM, de 17 de março de 1983. Adv Drº Nélio Roberto Seidl Ma-
chado.(JULGAMENTO EM SESSÃO SECRETA)

43.732-2-São Paulo. Relator Ministro Júlio Bierrenbach. Revisor Minis-
tro Jorge Alberto Romeiro. APELANTE: JOÃO FRANCISCO SOARES NE-
TO, Sd. Ex. condenado a oito meses de prisão, incurso no art.

(Cont da Ata da 37ª Sessão, em 23 de junho de 1983)

187, c/c o art 72, itens I e III, letra "d", do CPM. APELADA : A Sentença do Conselho de Justiça do 4º Batalhão de Infantaria Blindado, "Regimento Raposo Tavares", de 17 de março de 1983 . Adv. Dr. Jaime Pugliesi Branco. - POR UNANIMIDADE DE VOTOS, o Tribunal negou provimento ao apelo da defesa para manter a sentença recorrida.

RECURSO CRIMINAL

5.566-0-Rio de Janeiro. Relator Ministro Julio de Sá Bierrenbach. RE - CORRENTE: O Exmº Sr. Dr. Juiz-Auditor da 1ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, de ofício. RECORRIDA: A Sentença do Exmº Dr. Juiz Auditor da 1ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, de 23 de maio de 1983, que concedeu a reabilitação ao civil CARLOS ALBERTO CARNEIRO. Advs. Drs. Heleno Cláudio Fragoso, Fernando Fragoso e José Carlos Fragoso. - POR UNANIMIDADE DE VOTOS, o Tribunal negou provimento ao Recurso de ofício do Exmº Dr. Juiz-Auditor da 1ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, mantendo a sentença que concedeu a reabilitação ao civil CARLOS ALBERTO CARNEIRO.

No início da Sessão, o Ministro Presidente submeteu à elevada consideração de seus pares, nos termos do art 40, inciso III, do Decreto-Lei 1003/69 (L.O.J.M.), Expediente Administrativo, referente ao pedido formulado pelo Exmº Sr Ministro JORGE ALBERTO ROMEIRO, objetivando a homologação de licença especial, que lhe foi concedida pelo Egrégio Tribunal de Alçada do Rio de Janeiro, em Acórdão nos autos do Processo Administrativo 73/70, em Sessão de 06/10/77, anteriormente ao advento da Lei Complementar nº 35 de 14/03/79, tendo o Plenário, por unanimidade, homologado a referida concessão.

A seguir, o Ministro-Presidente sugeriu que, face à existência de um anteprojeto da Lei de Organização Judiciária Militar, elaborado na Presidência do Ministro Reynaldo Mello de Almeida, fosse S. Exª indicado para efetuar a atualização do mesmo para posteriormente ser distribuído a todos os Srs. Ministros e, caso aprovado, encaminhado ao Ministro da Justiça. O Anteprojeto deverá incorporar todas as alterações ocorridas não só na Legislação como na sistemática do Tribunal, inclusive as sugestões cabíveis que vierem a ser apresentadas pela Procuradoria Geral.

O Sr. Ministro-Presidente pediu ainda que S. Exª apresentasse, por escrito, qualquer providência que desejasse da Presidência.

Aprovada a sugestão, o Ministro Reynaldo Mello de Almeida teceu, a seguir, considerações a respeito do trabalho elaborado na sua Presidência para esclarecimento dos Srs Ministros.

Distribuiu aos Srs. Ministros o Expediente Administrativo nº 17/83, versando sobre a Ascensão Funcional que é feita mediante provas em concurso interno, nos termos em que são feitos os concursos externos e não havendo manifestações em contrário o Ministro-Presidente deu como aprovado o referido expediente.

A Sessão foi encerrada às 14.50 horas, com os seguintes processos em mesa:

Questão Administrativa 196-1(RP)-Aud/5a. (Com vista ao Min. F Cintra)

Aguardando dec. prazo:

Apelação 43.609-0(JR/AP)-1a.Mar. proc. 25/81-0-Adv A. Guarischi e Palma e outros

(Cont da Ata da 37ª Sessão, em 23 de junho de 1983)

Apelação 43.722-3(JP/DS)-1a.Mar. proc. 24/82-1-Adv Antonio Fernandes
Correição Parcial 1.273-0(ST)-3a./2a.
Apelação 43.730-6(RMA/RP)-2a.Mar. proc. 523/82-6-Adv Nélío Machado
Apelação 43.725-8(RP/FC)-Aud/7a. proc. 20/82-9-Adv Max Medeiros
Apelação 43.050-4(JR/JF)-Aud/12a. proc. 1/79-4-Adv Hildebrando Dias
Apelação 43.582-4(JR/RMA)-Aud/11a. proc. 05/82-3-Adv Antonio Ponce
Apelação 43.728-2(JP/RA)-1a.Ex. proc. 23/82-1-Adv Tania Nascimento
Correição Parcial 1.275-6(CR)-Aud/5a.
Embargos 43.431-7(GG/AP)-1a.Mar. proc. 26/81-6-Adv A.Guarischi Palma
Revisão Criminal 1.207-5(GG/AP)-1a./2a. proc. 787/72-Advs Arnaldo Men-
des Garcia e outro
Apelação 43.733-0(RA/ST)-Aud/11a. proc. 550/82-1-Adv Elizabeth Souto
Apelação 43.579-4(JP/AP)-Aud/10a. proc. 4/80-1-Advs Aluisio Passos de
Almeida e outros

Aguardando publicação:

Recurso Criminal 5.567-9(JF)-1a.Ex. proc. 16/73-6-Advs Heleno Cláudio
Fragoso e outros

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

23 JUN 1983

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO
SEÇÃO DE ATAS